



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco

PARECER ADMINISTRATIVO 40/2026 - DECAI/PE/PLENARIO/PE/CRMV-PE/SISTEMA

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

ASSUNTO: Análise de constitucionalidade, legalidade e compatibilidade da Portaria CRMV/PE nº 045/2026 (Processo SUAP nº 0370003.00000001/2024-83).

INTERESSADO: Conselho Regional de Medicina Veterinária de Pernambuco – CRMV-PE.

PARECERISTA: Leonardo Carvalho Dubeux Dourado, Assessor Jurídico.

I. RELATÓRIO

Trata-se da Portaria CRMV/PE nº 045/2026, publicada em 16 de junho de 2026, pela Presidente Maria Elisa de Almeida Araújo, que determina a instauração de processo ético-profissional com base em denúncia protocolizada no SUAP sob o nº 0370003.00000001/2024-83, e nomeia o Médico Veterinário João Alves do Nascimento Junior como Conselheiro Instrutor. O parecer é emitido após a publicação do ato.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Constitucionalidade. A Portaria consubstancia ato administrativo de instauração de procedimento disciplinar, de natureza interna e processual, sem caráter normativo geral. Não cria tributos, sanções ou restrições a direitos fundamentais, estando em harmonia com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, CF/88). O processo ético-profissional, orientado pelos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e presunção de inocência, observa as garantias constitucionais do acusado. Portanto, o ato é constitucional.

2.2. Da Legalidade. A Presidente fundamentou sua competência no Art. 19 da Lei Federal nº 5.517/1968 e na Resolução CFMV nº 1.330/2020, que aprovou o Código de Processo Ético-Profissional. No mérito, a instauração observa o art. 27 da Resolução nº 1.330/2020, que exige a descrição dos fatos, identificação do denunciante e provas ou indicação de comprovação. A portaria expressamente consigna que a denúncia atende a todos os requisitos de admissibilidade, o que autoriza a autuação. A nomeação do Conselheiro Instrutor encontra amparo no art. 30, IV, do referido Código, sendo medida necessária para a regular instrução do feito. Assim, o ato é legal.

2.3. Da Compatibilidade com o Ordenamento Jurídico. A portaria não conflita com outras normas do sistema. A competência do CRMV-PE para processar e julgar infrações éticas de profissionais nele inscritos decorre do art. 2º da Resolução CFMV nº 1.330/2020. O rito processual observa os princípios do sigilo (art. 1º, §1º) e da forma de autos (art. 1º, §2º). Não se vislumbra qualquer vício de incompatibilidade com a legislação autárquica ou federal.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e plena compatibilidade com o ordenamento jurídico da Portaria CRMV/PE nº 045/2026. O ato está amparado na Lei nº 5.517/1968 e na Resolução CFMV nº 1.330/2020, atendendo aos requisitos de admissibilidade da denúncia (art. 27) e à nomeação de Conselheiro Instrutor (art. 30, IV). A instauração do processo ético-profissional observa as garantias constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Ausentes vícios de nulidade, recomenda-se a manutenção do ato, com a regular tramitação do processo perante o Conselheiro Instrutor nomeado e a juntada do presente parecer aos autos do SUAP nº 0370003.00000001/2024-83.

Recife, 21 de julho de 2026.

Leonardo Carvalho Dubeux Dourado
Assessor Jurídico

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Leonardo Carvalho Dubeux Dourado, Assessor Jurídico do CRMV-PE - CMMED - DEJUR/PE**, em 22/07/2026 08:38:01.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/07/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cfmv.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 662090

Código de Autenticação: 7bacd56411



**SISTEMA
CFMV/CRMVs**
Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária

Rua João Ivo da Silva, 342, Madalena, Recife / PE, CEP 50720-155